



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681559 - SP (2021/0227998-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : LEONARDO VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PAULO DIACOLI PEREIRA DA SILVA - SP211642  
LEONARDO VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA - SP277006  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WILSON ALVES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILSON ALVES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0001351-23.2021.8.26.0050).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento do livramento condicional e a necessidade de submissão do paciente ao exame criminológico, aduzindo que foram preenchidos os requisitos legais previstos no art. 83 do Código Penal para a obtenção da benesse.

Assevera que o laudo da perícia técnica foi favorável ao apenado e as faltas disciplinares foram reabilitadas.

Requer, liminarmente, o deferimento do livramento condicional, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência